



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 17 de setembro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO

Arrecadação compensa desonerações no Brasil 1
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO

Veículos 2
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO

Ronaldo Castro 3

A CRITICA

MP da Desoneração 4
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS

Setor automotivo supera siderurgia..... 5
ECONOMIA

Arrecadação compensa desonerações no Brasil

Ofaturamento dos setores beneficiados pelas medidas de desoneração anunciadas pelo governo irá crescer, o que deve compensar a perda inicial de receitas do governo, na avaliação do jurista Ives Gandra, especialista em direito tributário. "O governo não perderá. Será compensado porque, com o aumento do faturamento, vai ganhar com arrecadação neste período de quatro anos", disse.

Na quinta-feira (13), o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou que 25 setores da economia serão beneficiados com a desoneração da folha de pagamento, além dos 20 para os quais o incentivo foi concedido este ano. O benefício levará à renúncia fiscal de R\$ 60 bilhões na arrecadação, nos próximos quatro anos. Para 2013, a previsão é R\$ 12,83 bilhões.

Para o jurista, as medidas vão começar a surtir efeito na economia a partir do segundo trimestre de 2012.

Já para o economista Newton Marques, professor da UnB (Universidade de Brasília) e membro do Corecon-DF (Conselho Regional de Economia do Distrito Federal), é difícil antecipar a reação de empresários

e do investimento às medidas de desoneração e redução de custos adotadas pelo governo federal.

Na avaliação dele, o comportamento do setor produtivo, responsável pela oferta, tende a ser mais imprevisível do que o dos consumidores, responsáveis pela demanda. "Abrir mão da arrecadação não significa que os empresários vão

agir da forma que o governo quer. Você, como empresário, só investe se tiver retorno", avalia.

Para Marques, as políticas de incentivo ainda deixam a desejar no sentido de não serem estruturantes, nem estratégicas. "[O governo] tem tomado medidas tímidas e pontuais. São tentativas de apagar incêndio", diz. Para ele, a redução

das tarifas de energia - medida permanente - enquanto outras, como a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que têm caráter temporário, são ações isoladas.

O economista destaca ainda que há questões como a reforma tributária e a infraestrutura de transportes do país, que, a ser ver, ainda não receberam a atenção devida.

Veículos

Pimentel diz que novo regime automotivo sai na semana que vem

O ministro Fernando Pimentel (Desenvolvimento) afirmou na última sexta-feira (13) que o novo regime automotivo deve sair na próxima semana. "O regime automotivo sai na semana que vem. Estamos esperando apenas a sanção da Medida Provisória 563 [com a desoneração da folha, que deve sair nesta terça-feira]", afirmou.

Segundo o ministro, a exigência de eficiência energética para os automóveis fabricados no Brasil fazem parte do novo regime. O governo quer que, até 2017, as montadoras produzam

veículos que emitam até 20% menos de CO₂ como um dos pré-requisitos para que tenham um desconto de até 30 pontos no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Se hoje os carros brasileiros emitem em média 170 gramas de CO₂ por quilômetro rodado, passariam a emitir 135, que é a média observada na Europa, em cinco anos.

Outra norma, segundo Pimentel, será a fixação de cotas para veículos importados que podem entrar no país sem pagar o IPI adicional de 30 ponto per-

centuais. O governo elevou o IPI para automóveis importados a fim de incentivar a instalação de montadoras no Brasil.

Entre as montadoras que aguardam a definição das cotas para decidir sobre a implantação de fábricas no Brasil está a alemã BMW. A chinesa JAC, enquanto isso, suspendeu a instalação de sua unidade em Camaçari (BA), enquanto o governo não aprovar a regra.

Pimentel afirmou, contudo, que essa parte da norma ainda não está definitivamente fechada.

Ronaldo Castro

⦿

O governador Omar Aziz recebeu, na última quinta-feira (13), no Palácio Rio Negro (avenida Sete de Setembro, nº 1.546, Centro), a visita do embaixador do Japão no Brasil, Akira Miwa. Acompanham o governador na recepção ao diplomata japonês o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Airton Claudino. O Japão representa 39% de participação em investimentos na Zona Franca de Manaus, com 30 empresas instaladas no PIM, entre as quais gigantes como Honda, Yamaha, Semp Toshiba, Caloi e Panasonic.

⦿

Ainda na quinta-feira (13), o embaixador foi recebido pelo presidente da Assembleia Legislativa (Aleam), Luiz Ricardo Nicolau, em seguida almoçaram com representantes de empresas japonesas que atuam no Polo Industrial de Manaus (PIM), encontrou-se com o superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, e visitaram a fábrica da Moto Honda. À noite, a Associação Nipo-Brasileira da Amazônia, em parceria com a Câmara de Comércio Nipo-Brasileira, ofereceu ao embaixador um jantar de boas-vindas, na sede da associação,

na rua Terezina, bairro Adrianópolis, zona centro-sul.

⦿

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) tem um novo auditor-chefe a partir deste mês: Arnaldo Gomes Flores, 58, bacharel em Ciências Contábeis e Econômicas pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), com pós-graduação em Administração Financeira pelo Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas (Isae/FGV), tornou posse oficialmente no último dia 3 de setembro.

⦿

MP da Desoneração

Presidente vetará mudança: cálculo

Acatará pedido da indústria, excluindo “maldade”

BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) - Diante da reação de empresários, a presidente Dilma Rousseff decidiu acatar pedido da indústria e vetar artigo da medida provisória (MP) da desoneração da folha de pagamento que abria espaço para que os setores beneficiados pagassem um tributo maior do que o esperado. O veto excluirá da MP a “maldade” introduzida pelo Congresso por uma emenda ao texto feita após uma negociação com técnicos das Receita. A MP estabelece que 25 setores deixarão de pagar a contribuição patronal à Previdência que incide sobre a folha de pagamento em troca de uma alíquota sobre o faturamento. O objetivo é desonerar as empresas e retirar um desincentivo à contratação. Como a Folha de

S.Paulo revela, ao votar a MP, o Congresso alterou a definição de faturamento, ampliando as receitas que devem ser levadas em conta na base de cálculo para incluir, por exemplo, ganhos com aplicações financeiras. Isso tornaria a tributação maior do que a esperada - o impacto seria diferente de empresa para empresa, dependendo do perfil de receitas. Surpreendida pela mudança, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) encaminhou carta à presidente afirmando que ela estava “aumentando a já tão pesada carga tributária” do país. O Ministério da Fazenda afirmou que a alteração não teve como objetivo aumentar a arrecadação, mas, sim, tornar mais claro o conceito de receita bruta.

Setor automotivo supera siderurgia

Investimentos das montadoras no País nos próximos quatro anos devem chegar a R\$ 60 bilhões

FOTO Claudio Capucho/AE

MANAUS

As incertezas sobre o futuro da Europa e a desaceleração da China têm provocado uma mudança de rumo nos investimentos do Brasil. Enquanto setores dependentes do mercado internacional, especialmente os ligados a commodities metálicas, pisam no freio, atividades mais focadas na demanda doméstica não perdem tempo. O setor automobilístico, por exemplo, desbancou a siderurgia no ranking de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nos próximos quatro anos, as empresas automotivas vão investir R\$ 60 bilhões. A side-

OS NÚMEROS

200 mil

empresas atuam na cadeia de fornecedores do setor automotivo no Brasil, de acordo com a Associação dos fabricantes de autos.

rurgia, que já respondeu por 70% dos desembolsos do BNDES na década de 1960, caiu para a 4ª colocação especialmente por causa das incertezas sobre o crescimento da China.

Os investimentos na área de petróleo e gás, responsáveis por 40% do total da indústria, vão continuar na liderança por longo tempo, especialmente por causa do pré-sal, avalia o economista do banco, Fernan-

do Puga. Mas dessa linha para baixo, a dinâmica dos investimentos tem potencial para transformações, dependendo do avanço do crédito, emprego e renda no Brasil.

Em 2008, a expectativa do BNDES era de que a taxa de investimento atingisse 21% ou 22% do Produto Interno Bruto (PIB) em quatro anos. Mas as previsões não se confirmaram. A expectativa é de que o País chegue aos 22% em 2014.

Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), o nível de 'motorização' do Brasil justifica o volume investimentos. Na Europa, há um veículo para cada 1,7 habitante; nos Estados Unidos, um por pessoa; e na Argentina, um para cada quatro. No Brasil, essa relação é de um para cada seis habitantes.